

A Importância de um Banco de Desenvolvimento na Geração de Emprego e Renda no Estado do Paraná: o caso BRDE

The Importance of a Development Bank in Employment and Income Generation in Paraná State: the BRDE's case

La Importancia de un Banco de Desarrollo en el Empleo y la Generación de Ingresos en el Estado de Paraná: el caso BRDE

Carlos Alberto Gonçalves Júnior*, Pery Francisco Assis Shikida** e Ricardo Luis Lopes***

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar, mediante o instrumental de insumo-produto, a geração de emprego e renda derivados dos financiamentos contratados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para 2010 e 2011, contextualizando este Banco no desenvolvimento do Estado do Paraná. Os setores da agropecuária, comércio, produtos alimentícios e serviços privados foram os que mais receberam crédito do BRDE e, por conseguinte, foram os setores em que o crédito liberado apresentou maior impacto na geração de empregos na economia paranaense. Destarte, dos contratos de crédito liberados pelo BRDE no Paraná foram gerados 87 mil empregos diretos e indiretos na economia paranaense e 17 mil empregos diretos e indiretos no restante do Brasil. A remuneração total gerada, direta e indiretamente, foi de mais de meio bilhão de reais, sendo cerca de 430 milhões na economia paranaense. Incrementos no emprego e na renda são uma condição necessária, embora não suficiente, para que se alcance o desenvolvimento do Paraná. Não obstante, desempenhar este papel é uma função pró-ativa que o BRDE exerce em prol do desenvolvimento.

Palavras-chave: Banco. Desenvolvimento. Paraná. Insumo-produto. Crédito.

* Economista pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, Paraná, Brasil. Professor da UNIOESTE, Toledo, Paraná, Brasil. E-mail: carlosalbertojr@hotmail.com

** Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, São Paulo, Brasil. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, Brasil. E-mail: peryshikida@hotmail.com

*** Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: rlopes.uem@gmail.com
Artigo recebido em setembro/2012 e aceito para publicação em abril/2013.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze – through an input-output approach – the generation of employment and income derived from financial contracts made by the Regional Development Bank of Southern (BRDE), for 2010 and 2011, contextualizing this Bank in the development of the Paraná State. The sectors that more received credit of BRDE were: agriculture, commerce, food and private services, therefore, these were the sectors in which the credit released had greatest impact on jobs in the “paranaense” economy. Thus, the credit contracts released by BRDE, in Paraná, contributed to generated 87,000 direct and indirect jobs in the state, and 17,000 direct and indirect jobs in the rest of Brazil. The total remuneration generated, directly and indirectly, was over half a billion dollars, with about 430 million in Paraná State. Increases in employment and income is a necessary condition, but not sufficient, for achieving the development of Paraná. However, this function is a pro-active role that the BRDE makes for development.

Keywords: Bank. Development. Paraná State. Input-output. Credit.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar – ante el instrumental de entrada-salida – la generación de empleo e ingresos derivados de préstamos contratados por el Banco de Desarrollo Regional del Sur (BRDE), para 2010 y 2011, contextualizando este banco en el desarrollo del Estado de Paraná. Los sectores de la agropecuaria, comercio, alimentos y servicios privados fueron los que más recibieron crédito del BRDE y por lo tanto son los sectores en que el crédito liberado mostró un mayor impacto sobre el empleo en la economía del estado. Así, los contratos de crédito emitidos por BRDE en Paraná han generado 87 000 puestos de trabajo directos e indirectos en la economía del estado y 17.000 puestos de trabajo directos e indirectos en el resto de Brasil. La remuneración total generada, directa e indirectamente, tenía más de la mitad de mil millones de reales, de los cuales alrededor de 430 millones en la economía del estado. Incrementos en el empleo y el ingreso constituyen una condición necesaria, pero no suficiente, para lograr el desarrollo de Paraná. Sin embargo, este papel es una función proactiva que BRDE ejerce para el desarrollo.

Palabras clave: Banco. Desarrollo. Paraná. Entrada-salida. Crédito.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo de um banco é efetuar intermediações financeiras centradas no aceite de depósitos e concessão de empréstimos junto ao público, cobrando juro por este empréstimo. Com isso o banco contribui para que o dinheiro circule na sociedade e proporcione liquidez ao mercado por meio do multiplicador bancário (capacidade que os bancos têm de ampliar a base monetária, que é o saldo do papel-moeda em poder do público mais reservas bancárias). O princípio implícito nessa relação comercial é a fidúcia, ou seja, a confiança que o depositante deve ter na instituição bancária e a confiança que a instituição bancária deve ter no emprestador (ALMEIDA, 2009; WALSH, 2010). Esta é a definição de um banco comercial, mas existem outras instituições financeiras com especificidades e fins particulares, neste caso, dos bancos de desenvolvimento.

No Brasil, o Conselho Monetário Nacional estabelece normas e regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, quais sejam: bancos comerciais; bancos múltiplos; bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de arrendamento mercantil; sociedades de crédito imobiliário; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; e sociedades corretoras de câmbio.

Os bancos de desenvolvimento visam proporcionar o suprimento adequado (normalmente a uma taxa de juros inferior à do mercado) dos recursos direcionados ao financiamento de programas e projetos destinados ao estímulo da atividade produtiva, concomitante ao aumento da renda e do bem-estar da população. É por isto que amiúde estes bancos trabalham com investimento de médio e longo prazos de maturação.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é o de analisar, mediante o instrumental de insumo-produto, a geração de emprego e renda derivados dos financiamentos contratados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para 2010-2011, contextualizando este Banco no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Este artigo divide-se em quatro seções, além desta introdução. Na primeira faz-se uma concisa revisão de literatura sobre banco de desenvolvimento. Na sequência, são elucidados o material e métodos, enquanto os resultados e discussões derivados do uso do instrumental de insumo-produto são descritos na terceira seção. Por último, apresentam-se as considerações finais.

1 NOTAS SOBRE BANCO DE DESENVOLVIMENTO: uma contextualização do BRDE

Esta seção tem como objetivo abordar diferentes visões sobre banco de desenvolvimento, elencar diferentes dimensões sobre desenvolvimento e, por fim, apresentar o BRDE, foco de análise deste artigo.

De acordo com o Conselho Monetário Nacional, os bancos de desenvolvimento visam a proporcionar o suprimento adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que busquem promover o desenvolvimento econômico e social, sendo instituições financeiras controladas pelos governos estaduais (BACEN, 2012b).

No contexto de bancos de desenvolvimento é preciso distinguir o cenário de atuação nacional e regional, mesmo cientes de que na normatização brasileira os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras públicas estaduais. Feito este adendo, na amplitude nacional existe o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal criada pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, cuja função macroeconômica de alavancagem do investimento é a de impulsionar a atividade econômica – que se relacione com o desenvolvimento econômico e social do País – com financiamento de longo prazo em diversos segmentos econômicos, incluindo as dimensões social, cultural e ambiental, sem preferência por uma ou outra região.

Em uma análise estadual, têm-se alguns exemplos de bancos de desenvolvimento no Brasil, cabendo citar: o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, que “é o agente financeiro do estado e apoia projetos de empresas de todos os portes e de vários setores” (BDMG, 2012, p.1); o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES), instituição pública “cujo negócio é fornecer soluções financeiras e estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo” (BANDES, 2012, p.1); e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que tem como missão: “promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo” (BRDE, 2012, p.1). Embora não leve o termo “desenvolvimento” em sua denominação social, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) se autodenomina uma instituição voltada para o desenvolvimento regional, operando como órgão executor de políticas públicas, com forte profusão na área de microcrédito e na indústria do turismo nordestina – “sua visão é a de ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste”, integrando aquela região na dinâmica da economia nacional (BNB, 2012, p.1).

Cabe destacar que na atual conjuntura, pós-crise mundial de 2008, a Europa, em especial o Reino Unido e a França, diante da forte retração do crédito por parte dos bancos comerciais, está criando bancos estatais de fomento. Este cenário fortalece a importância do crédito estatal na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, como é o caso do BRDE (CINTRA; GOMES, 2012).

Na sequência proposta por esta seção, faz-se necessária uma menção do que se caracteriza como processo de desenvolvimento, que pode comportar diversas dimensões ou vertentes, não havendo um conceito unívoco sobre isto. Para que um processo de desenvolvimento ocorra devem existir mudanças de caráter qualitativo no processo de crescimento econômico, sendo o crescimento uma condição necessária,

mas não suficiente, para que o desenvolvimento ocorra. Isto é, para haver desenvolvimento econômico, incrementos no produto e na renda devem implicar também melhorias qualitativas nas condições de vida da população, tais como em: alimentação, educação, saúde, habitação, transporte, lazer etc. (OLIVEIRA, 2002; BRESSER-PEREIRA, 2008).

Não é incomum literatura econômica que aponte a atuação do Estado nas falhas de mercado, como no tocante à assimetria de informação, concentração de mercado danosa ao consumidor, externalidades negativas, problemas de demanda efetiva etc. (KEYNES, 1983; ALVES *et al.*, 2003). E “essas falhas são típicas do mercado financeiro, o que justifica, teoricamente, a intervenção do governo nesse mercado. A intervenção via bancos públicos estaria ligada principalmente à existência de externalidades e de mercados incompletos” (SANTOS; MACHADO; PEREIRA, 2010, p.408). É nesse contexto que reside a conexão entre processo de desenvolvimento e o escopo de um banco de desenvolvimento, ou seja, esta instituição financeira tem como objetivo conceder financiamentos para programas e projetos cuja finalidade primordial seja a de promover o desenvolvimento econômico e social, muitas vezes não encampado pelas instituições financeiras comerciais, de investimentos ou financeiras múltiplas, cujos focos são evidentemente outros.

Centro desta pesquisa, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul foi criado em 15 de junho de 1961, quando os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná decidiram que mereciam prosperar mais (BRDE, 2010; OLIVEIRA; MARTINI; SILVA, 1989, p.4). Assim nascia uma instituição financeira pública para aumentar a competitividade dos empreendimentos locais, fomentando o desenvolvimento econômico e social do Sul do Brasil. Outrossim, desde 2009 o Mato Grosso do Sul também faz parte da área de atuação do BRDE. As agências desse Banco estão sediadas nas capitais dos três estados da Região Sul, que ainda conta com um escritório no Rio de Janeiro (RJ) e outro em Campo Grande (MS), e espaços para divulgação em Passo Fundo (RS), Pelotas (RS), Lajeado (RS), Caxias do Sul (RS), Toledo (PR), Francisco Beltrão (PR), Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Joinville (SC).¹

Contudo, conforme Cunha (2002), o BRDE passou por dois momentos críticos: um deles no final dos anos 80 e outro no início dos 90, estando inclusive sob intervenção do Banco Central, sendo que entre 1997 e 1998 esteve sob ameaça de dissolução. Este momento adverso pelo qual passou o Banco somente arrefeceu com o surgimento de um ciclo de recuperação iniciado em 1999, quando esta instituição recuperou sua capacidade de gerar resultados financeiros positivos, verificando-se um recuo da inadimplência e crescimento da oferta de crédito.

Atualmente, a instituição, que conta com autonomia financeira e administrativa, possui 542 empregados e 278 colaboradores integrando o pessoal técnico, tendo os

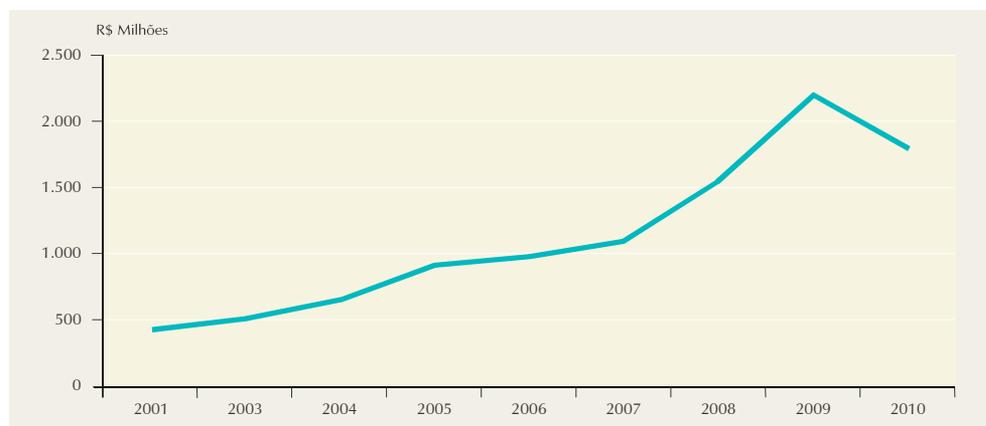
¹ Para uma contextualização da importância histórica e econômica do BRDE, ver, dentre outros, Oliveira, Martini e Silva (1989), Fonseca (2000) e Cunha (2002). Para uma contextualização da economia paranaense (cujo recorte geográfico é objeto desta pesquisa), ver, dentre outros, Campos (2004), Gualda (2005), Lourenço (2000, 2006), Pelinski (2007), Rodrigues *et al.* (2006) e Scatolin *et al.* (2007).

seguintes dados quantitativos: 35.207 clientes com operações em vigor; cerca de 1.047 municípios com clientes ativos (abrangendo 88,1% dos municípios da Região Sul); um ativo total de R\$ 8.338 milhões; operações de crédito de R\$ 6.723 milhões; patrimônio líquido de R\$ 1.254 milhões (BRDE, 2012).

Conforme o último Relatório de Administração disponível – vide BRDE (2010) –, as liberações de recursos efetuadas pelo Banco em 2010 mantiveram-se no mesmo patamar de 2009, totalizando R\$ 1.854,0 milhões. Vale frisar que o biênio considerado coincide com a crise mundial, desencadeada pelos Estados Unidos, em que muitas economias desenvolvidas apresentaram elevados índices de desemprego e graves problemas financeiros, refletindo em taxas negativas de crescimento do Produto Interno Bruto. Mesmo diante desse cenário, no tocante a liberações de recursos efetuadas pelo Banco, o setor de comércio e serviços apresentou crescimento em relação ao ano anterior, de 15,8%, o setor de infraestrutura teve crescimento de 2,6% e os demais setores apresentaram retração (agropecuária -10,6%, indústria -4,5%). Em termos de participação no volume total de liberações, o setor industrial representou 33,3% do total desembolsado pelo BRDE em 2010, seguido pelo setor de comércio e serviços (31,5%), pela agropecuária (24,5%) e pelo setor de infraestrutura (10,7%).

A evolução das contratações de financiamentos pelo BRDE entre 2002 e 2010 mostra um crescimento gradual até 2007; expressiva aceleração de 2007 até 2009 e, a partir daí, constata-se um ponto de inflexão entre 2009 e 2010, refletindo exatamente a crise mundial já mencionada (gráfico 1). Mesmo assim, entre 2002 e 2010 houve um crescimento médio de 22% ao ano nessas contratações.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTOS PELO BRDE - 2002-2010



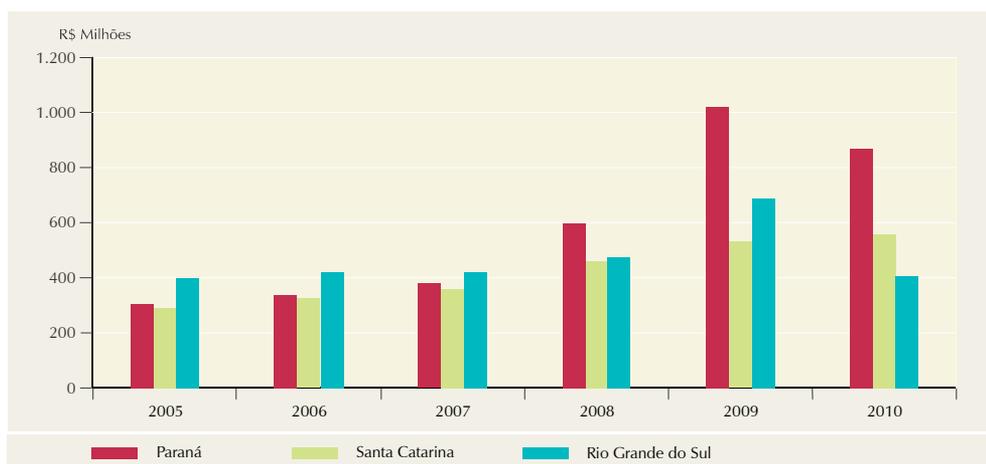
FONTE: BRDE (2010)

Em termos de contratações pelo BRDE, por unidade da federação (para o ano de 2010), o Paraná foi o que obteve maior participação no total (47,4%), seguido por Santa Catarina (30,4%) e Rio Grande do Sul (22,2%). Vale dizer que a indústria ainda manteve liderança na dinâmica das contratações por setor econômico,

entre 2005 e 2010, mas já sinalizando para um expressivo crescimento das operações do setor agropecuário e de comércio e serviços (BRDE, 2010).

Observando a evolução dessas contratações do BRDE por estado, entre 2005 e 2010, novamente se corrobora um ponto de inflexão do montante geral das contratações entre 2009 e 2010 (gráfico 2). Entretanto, ao longo de todo o período percebe-se o crescimento maior do Estado do Paraná vis-à-vis o Rio Grande do Sul e Santa Catarina no tocante ao quesito contratações.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTOS PELO BRDE SEGUNDO ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2005-2010



FONTES: BRDE (2010)

Em seu estudo sobre o BRDE e o sistema bancário brasileiro (uma análise comparada), Cunha (2002) destacou que embora esta instituição seja de pequeno porte no contexto geral do sistema bancário nacional, ainda assim seu desempenho comparado pode ser considerado positivo, sobretudo por se tratar de um banco oficial especializado na oferta de crédito de médio e de longo prazos, voltado para prover e estimular ações que resultem no crescimento socioeconômico de sua região de abrangência.

Mas quais seriam os impactos da geração de emprego e renda derivados dos financiamentos contratados pelo BRDE para 2010-2011 no Estado do Paraná? É esta a questão que o presente trabalho pretende responder e, dentre os vários instrumentais metodológicos existentes para direcionar esta resposta, optou-se aqui pelo uso da técnica de insumo-produto, tema da próxima seção.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Análise insumo-produto é o nome dado a um quadro analítico desenvolvido por Wassily Leontief no final da década de 1930 em que o propósito fundamental é analisar a interdependência dos setores em uma economia. Atualmente, os conceitos

estabelecidos por Leontief são componentes-chave de muitos tipos de análise econômica e a análise insumo-produto é um dos métodos mais aplicados em economia (MILLER; BLAIR, 2009).

O funcionamento básico da análise acima é aquele em que um grupo de setores produtores de mercadorias (produtos) consome mercadorias de outros setores (insumos) ao longo do processo de produção, num dado período de tempo e para uma região geográfica específica (nação, estado ou região).

De acordo com Guilhoto (2000), os setores da economia são agrupados em uma matriz onde as linhas registram os fluxos de saídas de produção, mostrando como a produção de um setor de atividade produtiva se distribui entre os demais setores da economia. As colunas da matriz registram as entradas necessárias à produção, evidenciando a estrutura de insumos utilizada por cada setor de atividade produtiva.

Conforme mostra a figura 1, cada linha da matriz Z indica o fluxo intersetorial, ou seja, o consumo intermediário de bens e serviços de cada setor. A matriz Y registra o consumo final, dividido em consumo das famílias, consumo governamental, exportações, formação bruta de capital fixo e variação de estoques. As linhas abaixo das matrizes Z e Y registram as despesas com importações, impostos indiretos líquidos e o valor adicionado (remuneração aos serviços dos fatores de produção). Os totais das colunas e das linhas da matriz (vetor X e X') registram a produção total de cada setor e devem ser iguais, indicando o equilíbrio da economia no qual as despesas de cada setor são iguais às suas respectivas receitas.

FIGURA 1 - RELAÇÕES FUNDAMENTAIS DE INSUMO-PRODUTO



FONTE: Adaptado de Guilhoto (2000)

De acordo com Haddad *et al.* (1989), os principais pressupostos na utilização da metodologia de insumo-produto são: (i) equilíbrio econômico a um dado nível de preços; (ii) inexistência de ilusão monetária por parte dos agentes econômicos; (iii) retornos constantes à escala; (iv) preços constantes. O modelo impõe que cada setor produza somente um produto, e que cada produto seja produzido somente por um setor.

Nesse contexto, a economia é dividida em n setores, sendo X_i o valor bruto da produção do setor i , Y_i a parcela da produção do setor i que se destina à demanda final e Z_{ij} a parcela da produção do setor i que se destina ao setor j . Assim sendo, tem-se o seguinte sistema de equações lineares:

$$\begin{aligned}
 X_1 &= Z_{11} + Z_{12} + \dots + Z_{1n} + Y_1 \\
 X_2 &= Z_{21} + Z_{22} + \dots + Z_{2n} + Y_2 \\
 &\vdots \\
 X_i &= Z_{i1} + Z_{i2} + \dots + Z_{in} + Y_i \\
 &\vdots \\
 X_n &= Z_{n1} + Z_{n2} + \dots + Z_{nn} + Y_n
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

A partir do referido sistema de equações deriva-se a matriz de coeficientes técnicos A , onde se obtém cada elemento a_{ij} dividindo-se a parcela de insumo absorvida por cada setor j pelo total da produção do setor j .

$$a_{ij} = \frac{Z_{ij}}{X_j}
 \tag{2}$$

Se, por exemplo, o setor 1 opera a um nível de produção exatamente necessário para satisfazer as necessidades de insumos dos n setores, bem como a demanda final, seu nível de produção precisa satisfazer a seguinte equação:

$$X_1 = a_{11}X_1 + a_{12}X_2 + \dots + a_{1n}X_n + Y_1
 \tag{3}$$

Rearranjando esta equação e estimando-a para todos os setores (o que permite derivar as equações na forma matricial), e pré-multiplicando os dois lados da equação por $(I - A)^{-1}$, tem-se:

$$X = (I - A)^{-1}Y
 \tag{4}$$

em que $(I - A)^{-1}$ é chamada de matriz inversa de Leontief ou matriz tecnológica e X é a quantidade de produção necessária para atender à demanda intermediária dos n setores e à demanda final Y .

Para Haddad (1989), cada elemento da matriz inversa de Leontief representa a quantidade necessária de insumos diretos e indiretos do setor i por unidade monetária de demanda final à produção do setor j . Pela referida matriz, é possível definir o multiplicador de produção para cada setor como sendo a soma de suas colunas.

O modelo insumo-produto ora descrito refere-se basicamente a matrizes nacionais. No entanto, é possível trabalhar matrizes de uma única região ou várias regiões interligadas. Esses últimos são conhecidos como modelos inter-regionais, que serão utilizados no presente estudo no intuito de avaliar a relação entre o Estado do Paraná e o restante do Brasil (isto porque nos modelos inter-regionais estão considerados os impactos do Paraná como demandante de produtos e serviços de outros estados), e que serão objeto da próxima seção.

2.1 MATRIZ INSUMO-PRODUTO INTER-REGIONAL

Segundo Guilhoto *et al.* (2010), o modelo inter-regional de insumo-produto também é chamado de “modelo Isard”, devido à aplicação de W. Isard desenvolvida na década de 1950. Esse modelo requer uma enorme gama de dados, reais ou estimados,

no que tange a informações sobre os fluxos intersetoriais e inter-regionais. A figura 2 descreve como se dão estas relações no sistema de insumo-produto.

FIGURA 2 - RELAÇÕES DE INSUMO-PRODUTO EM UM SISTEMA INTER-REGIONAL

	Setores Região L	Setores Região M	L	M	
Setores Região L	Insumos Intermediários LL	Insumos Intermediários LM	DF LL	DF LM	Produção Total L
Setores Região M	Insumos Intermediários ML	Insumos Intermediários MM	DF ML	DF MM	Produção Total M
	Impostos Resto do Mundo (M)	Impostos Resto do Mundo (M)	M	M	M
	Impostos Indústria Líquido (IIL)	Impostos Indústria Líquido (IIL)	IIL	IIL	IIL
	Valor Adicionado	Valor adicionado			
	Produção Total Região L	Produção Total Região M			

FONTE: Guilhoto (2010)

Considerando os fluxos intersetoriais e inter-regionais para as regiões hipotéticas L e M , com dois setores i e j respectivamente, tem-se:

Z_{ij}^{LL} - fluxo monetário do setor i para o setor j da região L

Z_{ij}^{ML} - fluxo monetário do setor i da região M , para o setor j da região L

Definidos os fluxos monetários, é possível montar a matriz Z :

$$Z = \begin{bmatrix} Z^{LL} & Z^{LM} \\ Z^{ML} & Z^{MM} \end{bmatrix} \quad (5)$$

em que:

$Z^{LL} Z^{MM}$ são os fluxos monetários intrarregionais, e

$Z^{LM} Z^{ML}$ são os fluxos monetários inter-regionais.

Considerando as definições da equação (1) para uma economia com 2 setores, pode-se adaptar o modelo inter-regional de insumo-produto como sendo:

$$X_1^L = z_{11}^{LL} + z_{12}^{LL} + z_{11}^{LM} + z_{12}^{LM} + Y_1^L \quad (6)$$

em que: $Y_1^L = Y_1^{LL} + Y_1^{LM}$

E X_1^L é o total produzido do bem 1 na região L , Y_1^{LL} e Y_1^{LM} são respectivamente as demandas intra e inter-regional do bem 1 e Y_1^L é a demanda final total do bem 1 na região L .

Os coeficientes técnicos de produção podem ser definidos na forma matricial:

$$A^{LL} = Z^{LL} (\hat{X}^L)^{-1} \quad (7)$$

Conforme a equação 7, os coeficientes técnicos de produção intrarregionais da região L são seus fluxos monetários intrarregionais multiplicados pela inversa diagonalizada do total da produção de cada setor na região. Da mesma forma, pode-se estimar: A^{MM} , A^{LM} , A^{ML} .

A matriz com todos os coeficientes técnicos de produção, intra e inter-regionais, é definida como:

$$A = \begin{bmatrix} A^{LL} & A^{LM} \\ A^{ML} & A^{MM} \end{bmatrix} \quad (8)$$

O vetor coluna com a produção total nas duas regiões assume a seguinte forma:

$$X = \begin{bmatrix} X^L \\ \dots \\ X^M \end{bmatrix} \quad (9)$$

E, o vetor coluna com a demanda final para todos os setores das duas regiões, a seguinte forma:

$$Y = \begin{bmatrix} Y^L \\ \dots \\ Y^M \end{bmatrix} \quad (10)$$

Pode-se então representar o sistema inter-regional de insumo-produto completo na forma matricial por:

$$(I - A) X = Y \quad (11)$$

Pré-multiplicando os dois lados da equação (13) por $(I - A)^{-1}$ tem-se:

$$X = (I - A)^{-1} Y \quad (12)$$

No presente estudo utilizou-se a matriz insumo-produto inter-regional entre o Paraná (L) e o restante do Brasil (M), disponibilizada pelo Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS) para 20 setores da economia.

2.2 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS TRABALHADAS

Haja vista o papel diferenciado do BRDE como instituição financeira, que, além de preservar sua sustentabilidade financeira tem como meta a promoção do desenvolvimento da Região Sul, o objetivo deste artigo é calcular o impacto causado na economia paranaense pelos financiamentos liberados pelo BRDE no que se refere à geração de emprego, remuneração e Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS); nesse contexto, faz-se necessário definir os critérios de cada uma das variáveis mencionadas.

A matriz de insumo-produto traz como “emprego” o número de pessoas ocupadas em cada grupo de atividades. A estimativa abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, e pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração. É importante observar que este valor compreende também a mão de obra informal (sem carteira de trabalho assinada).

As remunerações dos assalariados compreendem todos os pagamentos efetuados pelas unidades produtivas aos seus empregados: salários, horas extras e adicionais, prêmios de produtividade, 13º salário, pagamentos em bens e serviços e todos os encargos sociais de responsabilidade dos empregadores, considerando-se que a matriz de insumo-produto incorpora todas as pessoas ocupadas e suas remunerações, independentemente da existência do vínculo empregatício.

O ICMS é um imposto de competência estadual que se direciona aos cofres do estado e tem uma parcela distribuída aos municípios através de um fundo de participação. O valor arrecadado por esse imposto retorna à população do estado na forma de benefícios e, por isso, contribui para o desenvolvimento regional.

Para mensurar a capacidade de criação de empregos, remuneração e ICMS dos financiamentos liberados pelo BRDE, serão estimados os “geradores” para as respectivas variáveis, técnica a ser detalhada na próxima subseção.

2.3 GERADORES DE EMPREGO, RENDA E ICMS

Segundo Guilhoto (2000), a partir do modelo básico de Leontief definido anteriormente pode-se mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final ΔY teriam sobre a produção total ΔX , conforme a equação:

$$\Delta X = (I - A)^{-1} \Delta Y \quad (13)$$

Para obter o impacto sobre o volume total da produção, somam-se todos os elementos do vetor X . Além do impacto na produção total haveria o impacto sobre as variáveis (emprego, importações, impostos, salários, valor adicionado e outras), que pode ser mensurado assim:

$$\Delta V = \hat{v} \Delta X \quad (14)$$

em que ΔV é um vetor ($n \times 1$) que representa o impacto sobre qualquer uma das variáveis anteriormente tratadas, \hat{v} é uma matriz diagonal ($n \times n$) em que os elementos da diagonal são, respectivamente, os coeficientes de emprego, importações, salários, valor adicionado, entre outros, que são obtidos dividindo-se o valor utilizado destas variáveis na produção total pela produção total, para cada setor.

$$v_i = \frac{V_i}{X_i} \quad (15)$$

Utilizando o emprego como exemplo das variáveis anteriormente mencionadas, pode-se estimar o coeficiente de emprego:

$$CPO = PO \cdot \hat{X}^{-1} \quad (16)$$

em que o PO é o pessoal ocupado e X é a produção total.

Para Guilhoto (2000), a partir do coeficiente de emprego (*CPO*) pode-se estimar o gerador de emprego, ou seja, o emprego necessário em todos os setores da economia para atender ao aumento de uma unidade monetária na demanda final de um referido setor.

$$GV_i = \sum_{i=1}^n b_{ij} CPO_i \quad (17)$$

em que:

GV_i é o impacto direto e indireto sobre o emprego;

b_{ij} é o ij -ésimo elemento da matriz inversa de Leontief;

CPO_i é o coeficiente direto do emprego.

O exemplo de gerador, em que se utilizou a variável “emprego” como base, pode ser estimado, também, substituindo a variável emprego pela remuneração ou ICMS.

Para o modelo inter-regional de insumo-produto a técnica para estimação dos geradores é a mesma. E os impactos, considerando o emprego novamente como exemplo e a agropecuária como o setor a ser analisado, podem ser estimados como segue:

$$IAG = \hat{CPO} * ILT * AG \quad (18)$$

Assim, o impacto na geração de empregos no setor agropecuário (*IAG*) pode ser estimado multiplicando-se o vetor diagonalizado dos coeficientes de emprego (*CPO*) pela matriz inversa de Leontief (*ILT*) e pelo vetor (*AG*), que é um vetor (40x1) que apresenta na primeira linha (posição do setor agropecuário na matriz insumo-produto) o valor liberado em financiamentos pelo BRDE para o setor agropecuário.

Conforme já mencionado, a matriz utilizada no presente estudo, relacionando o Paraná com o restante do Brasil para 20 setores da economia, é quadrada (40x40); logo, o resultado obtido na equação (26) é um vetor (40,1), no qual a soma das 20 primeiras linhas mostra o emprego gerado no Paraná em função dos financiamentos liberados para o setor agropecuário neste estado. E a soma das linhas 21 a 40 mostra os empregos gerados no restante do Brasil proveniente dos financiamentos liberados no Estado do Paraná.

Nos moldes apresentados nesta seção, utilizando como exemplo o emprego e o setor agropecuário, a próxima seção mostra os resultados obtidos pelos geradores estimados para a remuneração, o emprego e o ICMS em 16 dos 20 setores econômicos da matriz insumo-produto onde houve liberação de recursos pelo BRDE no Paraná.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O BRDE, além de proporcionar liquidez ao mercado por meio do multiplicador bancário, tem a premissa básica de contribuir para o desenvolvimento de toda a Região Sul, especificamente, no caso do presente estudo, do Paraná.

Neste contexto, a liberação dos financiamentos de médio e longo prazos pelo BRDE, além de movimentar a economia paranaense, visa gerar emprego e renda. O montante liberado incrementa a comercialização de produtos e serviços, e, conseqüentemente, aumenta a arrecadação de ICMS no Estado.

A tabela 1 mostra os financiamentos liberados pelo BRDE separados por setor de atividade no período analisado, segundo os setores da matriz insumo-produto disponibilizada pelo NEREUS.

TABELA 1 - VALORES LIBERADOS PELO BRDE SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE E MATRIZ INSUMO-PRODUTO - 2010 E 2011

SETORES	VALORES LIBERADOS PELO BRDE (R\$ Mil)		
	2010	2011	TOTAL
Agropecuária	263.606	381.496	645.102
Mineração	-	-	-
Indústria de Minerais Não Metálicos	1.150	3.318	4.468
Metalurgia	2.701	590	3.291
Máquinas e Equipamentos	3.838	15.773	19.611
Material Elétrico e Eletrônicos	749	932	1.681
Material de Transporte	23.429	5.499	28.928
Madeira, Mobiliário, Papel	4.782	10.603	15.384
Refino de Petróleo e Coque	-	-	-
Outros Químicos e Farmacêuticos	5.118	820	5.938
Têxtil, Vestuário, Calçados	2.133	1.810	3.943
Produtos Alimentícios	199.031	57.875	256.907
Indústrias Diversas	7.594	7.932	15.526
Energia Elétrica	7.847	23.289	31.136
Outros Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	-	-	-
Construção	4.826	2.955	7.781
Comércio	246.246	165.933	412.179
Transportes	48.903	33.182	82.085
Serviços Privados	70.036	51.645	121.682
Governo e Serviços Públicos	795	-	795
TOTAL	892.784	763.652	1.656.436

FONTE: BRDE (2012)

Conforme apresentado na tabela 1, os setores da agropecuária, produtos alimentícios e comércio foram os que mais receberam recursos. No entanto, percebe-se que 17, dentre os 20 setores da economia representados na matriz insumo-produto, receberam financiamentos do BRDE. A liberação do crédito para vários setores aumenta a abrangência da geração de emprego e renda na economia paranaense.

Na tabela 2 são apresentados os empregos, a remuneração e o ICMS gerados direta e indiretamente no Paraná provenientes das liberações de crédito para cada setor da economia agregando-se os dois anos analisados (2010/2011).

Os setores da agropecuária, comércio, produtos alimentícios e serviços privados, conforme já mencionado, foram os que mais receberam crédito do BRDE e, por conseguinte, foram, respectivamente, os setores onde o crédito liberado apresentou maior impacto na geração de empregos na economia paranaense.

TABELA 2 - IMPACTO NA GERAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE EMPREGO, REMUNERAÇÃO E ICMS NA ECONOMIA PARANAENSE PROVENIENTE DAS LIBERAÇÕES DE CRÉDITO PELO BRDE NO ESTADO DO PARANÁ - ACUMULADO 2010 E 2011

SETORES	EMPREGO	REMUNERAÇÃO (Milhões R\$)	ICMS (Milhões R\$)
Agropecuária	49.349	123,26	12,68
Mineração	-	-	-
Indústria de Minerais Não Metálicos	85	1,06	0,14
Metalurgia	57	0,77	0,05
Máquinas e Equipamentos	265	5,11	0,43
Material Elétrico e Eletrônicos	23	0,37	0,05
Material de Transporte	290	5,79	0,72
Madeira, Mobiliário, Papel	340	3,43	0,42
Refino de Petróleo e Coque	-	-	-
Outros Químicos e Farmacêuticos	75	1,12	0,15
Têxtil, Vestuário, Calçados	154	1,03	0,08
Produtos Alimentícios	9.547	49,37	7,12
Indústrias Diversas	610	3,27	0,28
Energia Elétrica	93	3,32	0,40
Outros Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	-	-	-
Construção	431	1,73	0,14
Comércio	18.537	165,47	5,24
Transportes	2.265	22,59	2,39
Serviços Privados	4.781	41,22	2,46
Governo e Serviços Públicos	29	0,52	0,01
TOTAL	86.932	429,44	32,79

FONTE: BRDE (2012)

NOTA: Elaboração dos autores.

O grande número de empregos gerados no setor agropecuário no Paraná, proveniente das liberações de crédito do BRDE, se deve, principalmente, à pulverização do crédito para pequenos agropecuaristas. Segundo BRDE (2010), enquanto o valor médio do contrato de crédito no setor industrial foi de mais de R\$ 2 milhões, e no setor de serviços foi de R\$ 1,7 milhão, no setor agrícola o valor médio do contrato foi de R\$ 121 mil. Isto mostra que cerca de 5.330 agropecuaristas contrataram crédito no agregado dos anos 2010/2011.

No que diz respeito à remuneração, o comércio assume a liderança, seguido novamente pela agricultura. Conforme a tabela 2, as liberações de crédito do BRDE proporcionaram a geração de mais de 165 milhões de reais em remunerações aos trabalhadores do comércio.

O valor da remuneração no comércio supera a remuneração no setor agropecuário devido ao fato de o trabalhador do setor comercial ter o salário médio maior que o do trabalhador do setor agropecuário. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a remuneração média no setor agropecuário, para o ano de 2010, era de R\$ 944,00, enquanto para o comércio era de R\$ 1.035,00.

No que tange à geração de ICMS, o setor agropecuário também assume a liderança, seguido dos produtos alimentícios. No agregado 2010/2011 o setor agropecuário gerou mais de R\$ 12,5 milhões em ICMS. A função social do imposto é reverter o valor arrecadado em benefícios para a população, principalmente, melhorando a distribuição de renda. Conseqüentemente, o valor liberado em crédito pelo BRDE culminará em benefícios para a população em geral.

Não obstante, o crédito liberado pelo BRDE no Estado do Paraná, além de gerar emprego, remuneração e ICMS dentro do próprio Estado, gera também no restante do Brasil. Isso, pelo fato de o crédito liberado no Estado ser utilizado para adquirir produtos e serviços nos outros estados da federação, gerando um efeito transbordamento do crédito injetado na economia paranaense.

A tabela 3 mostra o referido efeito transbordamento do impacto na geração direta e indireta de emprego, remuneração e ICMS no restante do Brasil proveniente das liberações de crédito pelo BRDE no Paraná.

TABELA 3 - IMPACTO NA GERAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE EMPREGO, REMUNERAÇÃO E ICMS NO RESTANTE DO BRASIL PROVENIENTE DAS LIBERAÇÕES DE CRÉDITO PELO BRDE NO ESTADO DO PARANÁ - ACUMULADO 2010 E 2011

SETORES	EMPREGO	REMUNERAÇÃO (Milhões R\$)	ICMS (Milhões R\$)
Agropecuária	6.814	39,95	4,75
Mineração	-	-	-
Indústria de Minerais Não Metálicos	27	0,27	0,04
Metalurgia	23	0,28	0,04
Máquinas e Equipamentos	162	1,96	0,26
Material Elétrico e Eletrônicos	12	0,14	0,02
Material de Transporte	364	4,49	0,57
Madeira, Mobiliário, Papel	196	1,27	0,15
Refino de Petróleo e Coque	-	-	-
Outros Químicos e Farmacêuticos	60	0,54	0,07
Têxtil, Vestuário, Calçados	79	0,41	0,04
Produtos Alimentícios	7.785	29,04	2,82
Indústrias Diversas	146	1,42	0,19
Energia Elétrica	38	0,37	0,05
Outros Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	-	-	-
Construção	30	0,33	0,04
Comércio	1.163	10,57	1,26
Transportes	427	4,33	0,56
Serviços Privados	513	3,62	0,42
Governo e Serviços Públicos	2	0,01	0,00
TOTAL	17.842	99,00	11,29

FONTE: BRDE (2012)

NOTA: Elaboração dos autores.

A agropecuária e os produtos alimentícios foram os setores que mais contribuíram para a geração direta e indireta de emprego, renda e ICMS nos outros estados, proveniente da liberação dos contratos de crédito pelo BRDE no Paraná.

Neste contexto pode-se afirmar que os créditos liberados pelo BRDE geram impactos socioeconômicos não apenas no Paraná ou nos outros estados da Região Sul, onde atua diretamente, mas também no restante do País.

A tabela 4 mostra o total gerado direta e indiretamente de empregos, remuneração e ICMS proveniente dos contratos de crédito liberados pelo BRDE no Paraná. No que tange ao agregado dos anos 2010/2011, foram gerados mais de 104 mil empregos diretos e indiretos. Destes, cerca de 87 mil na economia paranaense e mais de 17 mil no restante do Brasil.

TABELA 4 - TOTAL DO IMPACTO NA GERAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE EMPREGO, REMUNERAÇÃO E ICMS NO PARANÁ E RESTANTE DO BRASIL PROVENIENTE DAS LIBERAÇÕES DE CRÉDITO PELO BRDE NO ESTADO DO PARANÁ - ACUMULADO 2010 E 2011

REGIÃO	EMPREGO	REMUNERAÇÃO (R\$ Milhões)	ICMS (R\$ Milhões)
Paraná	86.932	429,44	32,79
Restante do Brasil	17.842	99,00	11,29
TOTAL	104.774	528,44	44,08

FONTE: BRDE (2012)

NOTA: Elaboração dos autores.

A remuneração direta e indireta total, gerada no período, foi de mais de meio bilhão de reais, sendo cerca de R\$ 430 milhões na economia paranaense e aproximadamente R\$ 100 milhões no restante do País. No que diz respeito ao ICMS, foram gerados direta e indiretamente mais de 44 milhões de reais, sendo 25% gerados pelo transbordamento das comercializações ocorridas nos outros estados da federação, porém fomentadas pelos créditos liberados pelo BRDE na economia paranaense.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como escopo a análise – mediante o instrumental de insumo-produto – da geração de emprego e renda derivados dos financiamentos contratados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para 2010 e 2011, contextualizando este Banco no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Como corolário, os setores da agropecuária, indústria de alimentos e comércio foram, respectivamente, as atividades que mais receberam recursos do BRDE, não coincidentemente os setores com maior representatividade na economia paranaense (ver STADUTO *et al.*, 2007).

A liberação de crédito do BRDE, além de estimular a produção, promove efeitos em variáveis macroeconômicas importantes para a promoção do desenvolvimento econômico, como renda e emprego. A matriz insumo-produto capta esses efeitos, estimando os impactos dos financiamentos liberados pelo BRDE nos anos de 2010 e 2011 na geração de emprego, remuneração e ICMS, no Estado do Paraná, e o transbordamento desse efeito para o restante do País.

Utilizando a matriz insumo-produto inter-regional (Paraná/restante do Brasil), constatou-se que foram criados mais de 104 mil empregos diretos e indiretos. A agricultura foi o setor que mais gerou empregos, devido sobretudo à pulverização do crédito, já que o valor médio do contrato foi de R\$ 121 mil, enquanto na indústria e no setor de serviços o valor médio do contrato é mais de dez vezes maior.

No que tange à remuneração, os financiamentos liberados pelo BRDE geraram mais de meio bilhão de reais. O comércio gerou o maior montante de remuneração, superando a agropecuária, já que o trabalhador do comércio tem rendimento em média 10% maior que o trabalhador agropecuário.

O processo de desenvolvimento econômico pode ser caracterizado pela existência de incrementos positivos no produto e na renda que, conseqüentemente, impliquem melhorias qualitativas nas condições de vida da população. O BRDE, concebido nos moldes de um banco de desenvolvimento, tem como objetivo principal fomentar esse processo por meio do financiamento produtivo.

Os financiamentos de médio e longo prazos fornecidos pelo BRDE incrementam a produção. O aumento na produção gera novos empregos e, conseqüentemente, eleva o montante pago em remuneração aos trabalhadores, o que, por conseguinte, aumenta a demanda final impulsionando novamente a produção e colocando a atividade econômica em um ciclo virtuoso.

Além disso, existe um aumento na circulação de mercadorias, que alavanca a arrecadação do ICMS no Estado, o que, por sua vez, também é convertido em benefícios para a população.

Desta forma, conclui-se que os financiamentos liberados pelo BRDE auxiliam sobremaneira na geração de emprego e renda e, por conseguinte, na promoção do crescimento e conseqüente desenvolvimento não apenas do Estado do Paraná mas de toda a economia nacional, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Por último, mas não menos importante, este artigo tratou da temática BRDE e o desenvolvimento do Paraná, utilizando-se de um determinado caminho metodológico num contexto de muitos outros possíveis. Entretanto, o instrumental insumo-produto possui algumas limitações, entre elas o fato de considerar retornos constantes de escala e preços constantes. Neste sentido, sugere-se, como futuras extensões deste trabalho, que mais pesquisas possam avançar na relação banco e desenvolvimento, seja no próprio Paraná ou incorporando na análise os três estados da Região Sul, a partir, por exemplo, de modelos dinâmicos (como os computáveis de equilíbrio geral).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. N. de **Economia monetária**: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALVES, A. F. *et al.* Assimetria de informações e o crédito rural brasileiro. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v.4, n.1, p.79-90, jan./jun. 2003.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Bancos de desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2012b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Bancos múltiplos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2012a.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). **Parceiro do desenvolvimento de Minas**. Disponível em: <<http://www.bdmg.mg.gov.br/quemsomos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 03 jun. 2012.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show?id=4>>. Acesso em: 04 jun. 2012.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **O Banco do Nordeste**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Principal/gerados/o_banco.asp>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **A empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Conheça o BRDE**. Disponível em: <<http://www.brde.com.br/index.php/institucional/mostrar/id/50/secao/147/titulo/Miss%C3%A3o%2C++Vis%C3%A3o%2C+Valores/tipo/conteudo>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Relatório de Administração**. 2010. Disponível em: <http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/adm_2010.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Jun. 2008. (Notas para uso em curso de Desenvolvimento Econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.) Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 07 maio 2011.
- CAMPOS, A. C. de. **Arranjos produtivos no estado do Paraná**: o caso do município de Cianorte. 220 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- CINTRA, M. A. C.; GOMES, K. da R. (Org.). **As transformações no sistema financeiro internacional**. Brasília: IPEA, 2012.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução n. 2.099**, de 17/08/1994. Brasília: Banco Central do Brasil, 1994.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução n. 394**, de 03/11/1976. Brasília: Banco Central do Brasil, 1976.

CUNHA, A. M. O BRDE e o sistema bancário brasileiro - uma análise comparada. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.30, n.2, p.191-220, set. 2002.

FONSECA, P. C. D. Faculdade de Ciências Econômicas e BRDE: duas histórias entrelaçadas. In: CARRION, O. B. K. et al. (Org.). **O ensino de economia na UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p.77-84.

GUALDA, N. L. P. Pólos de crescimento regionais – uma tentativa de identificação e avaliação de seus efeitos na economia paranaense. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Org.). **Transformações recentes na economia paranaense**. Recife: Editora da UFPE, 2005. p.131-154.

GUILHOTO, J. J. M et al. **Matriz de insumo-produto do Nordeste e Estados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.usp.br/nereus/?fontes=dados-matrizes>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

GUILHOTO, J. J. M. **Leontief e insumo-produto: antecedentes, princípios e evolução**. Piracicaba: ESALQ, 2000. 64 p. (Seminários da Pós-graduação, 15).

HADDAD, P. R. et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/anuario_2006/index.html>. Acesso em: 03 jun. 2012.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Série “Os economistas”).

LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do autor, 2000. 99p.

LOURENÇO, G. M. Desconcentração industrial: ganhos e perdas do Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.28, n.7/8, p.1-11, jul./ago. 2006.

MILLER, R.E.; BLAIR, P. D. **Input-output analysis: foundations and extensions**. New Jersey: Prentice Hall Inc., 2009.

OLIVEIRA, A. R. G. de; MARTINI, D. L.; SILVA, P. R. F. da. O desenvolvimento em crise: a liquidação do BRDE. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.10, n.1, p.3-11, 1989.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

- PELINSKI, A, **Padrão de desenvolvimento dos municípios no Paraná:** disparidade, concentração e fatores exógenos. 2007. 221p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.
- RODRIGUES, R. L. *et al.* Setores alimentares e relações produtivas no sistema inter-regional Paraná-Restante do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.110, p.9-32, jan./jun. 2006.
- SANTOS, L. de O.; MACHADO, L.; PEREIRA, R. de. O BNDES e emprego. In: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, p.407-419, 2010.
- SCATOLIN, F. D. *et al.* **Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007. 24p. (Texto para Discussão, n.4) Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2007_texto_04.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.
- STADUTO, J. A. R. *et al.* **Agronegócio e desenvolvimento regional:** reflexões sobre a competitividade das cadeias de produção paranaense. Cascavel: Edunioeste, 2007. 280p.
- WALSH, C. E. **Monetary theory and policy**. 3. ed., Cambridge: MIT Press, 2010.